

PRÁTICAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE O ACOMPANHAMENTO DE SINGULARIDADES E O CONTROLE DE VIRTUALIDADES

PRACTICES IN PUBLIC POLICIES: BETWEEN FOLLOW-UP ON SINGULARITIES AND CONTROL OF VIRTUALITIES

Jonatha Rospide Nunes 1
Ana Carolina Peixoto do Nascimento 2

Resumo: O presente artigo busca desenvolver uma análise das práticas em Programas e Projetos Sociais vinculados as Políticas Públicas, articulado ao conceito de vulnerabilidade social. Para tanto, construímos, por meio de revisão narrativa a respeito do tema, uma concepção de como a sociedade contemporânea é produzida, dando ênfase aos elementos econômico-subjetivos desta produção, e os dispositivos de controle que aprimoram esses Programas e Projetos Sociais a serviço da manutenção da miséria. Desta forma, argumentamos que as práticas desenvolvidas estão entre o acompanhamento de singularidades e o controle de virtualidades e, portanto, é fundamental que os profissionais que atuam junto a essas políticas sociais se atentem a esse jogo de forças produzidas no trabalho cotidiano.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Vulnerabilidade Social. Práticas Sociais.

Abstract: This article aims to develop an analysis of practices in Social Programs and Projects linked to Public Policies, articulated to the concept of social vulnerability. In order to do so, we have constructed, through a narrative review on the theme, a conception of how contemporary society is produced, emphasizing the economic-subjective elements of this production, and the control devices that improve these Social Programs and Projects at the service of the maintenance of misery. In this way, we argue that the practices developed are between the monitoring of singularities and the control of virtualities and, therefore, it is fundamental that the professionals who work along these social policies are attentive to this game of forces produced in the daily work.

Keywords: Public Policies. Social Vulnerability. Social Practices.

1 Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003), com práticas nas ênfases de Psicologia Clínica e Comunitária. Mestre pelo Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (2010), tendo como tema de pesquisa a execução de políticas sociais direcionadas à garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de rua. Experiência profissional na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Educacional no Ensino Superior (ensino, pesquisa e extensão), Assessoria Técnica (matriciamento em álcool e outras drogas e supervisão clínico-institucional) e Clínica Psicológica (consultório particular). Tutor do Programa de Saúde Mental do Programa Integrado de Residência Multiprofissional de Palmas/TO; Tutor do curso de Apoio Matricial na Atenção Básica com ênfase nos NASF-AB, pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP); Professor do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins). Professor do curso de Medicina do ITPAC-Palmas. Membro do Colegiado Gestor do Conselho Regional de Psicologia do Tocantins, com participação na Comissão de Direitos Humanos e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.
E-mail: jonatharospidenunes2015@gmail.com

2 Graduada em Psicologia pelo Centro universitário Luterano de Palmas e Mestre em Ensino em Ciência e Saúde pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: ana.carol57@hotmail.com

Introdução

Neste artigo, por meio de uma revisão narrativa, vamos sustentar a existência de uma lógica que chamaremos de “lógica do mundo global” que, no seu processo de produção, é composta por elementos econômicos e subjetivos. Esta lógica engendra modos de ser e de viver no contemporâneo e, ao mesmo tempo, constitui modos de perceber este contemporâneo que, por sua vez, levam a determinadas formas de agir, de produzir práticas no contexto social.

Neste sentido, vamos analisar a produção de práticas dos trabalhadores de Programas e Projetos Sociais vinculados a Políticas Públicas, em especial as políticas direcionadas as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim sendo, buscamos direcionar a luz para alguns lugares não usuais, direcionar nosso “olhar” para o que é “dado”, para o “natural” e “naturalizado”. Iluminar as condições de possibilidade nas quais as formas de ser e de viver contemporâneas emergem, bem como delinear como tais formas são construídas no jogo de forças inerente ao campo social.

Deste modo, vamos relacionar as formas de ser e de viver com determinadas perspectivas da existência, ou seja, relacionar tipos de subjetividade com formas de ver e de agir. Para tanto, vamos explicitar nossa perspectiva do contemporâneo, nossa leitura do campo social para, a partir desta leitura, relacionarmos as formas de ser e de viver com as formas de “ver” (perceber) e a produção de práticas junto a Programas e Projetos Sociais vinculados a Políticas Públicas.

As Políticas Públicas devem trabalhar, não somente a favor da manutenção da ordem política e econômica, como também como elemento de transformação da inclusão social de classes mais vulneráveis, resguardando-lhes direitos e garantias fundamentais. Para compreender o funcionamento dessas políticas de Estado, é necessário traçarmos um breve apanhado do funcionamento do modelo de Estado liberal. Segundo Gorcevski e Mayer (2015), “Seus adeptos defendem as liberdades individuais, criticam a intervenção estatal e elogiam as virtudes reguladoras do mercado”, compreendendo o Estado Social como um retrocesso para as políticas de mercado.

O Estado de inclusão social, por sua vez, busca imprimir da democracia participativa aos cidadãos, transformando-os em agentes ativos na construção social, e não restringindo aos interesses de uma parcela que detém o poder político, com vias a possibilitar maior acesso (GORCZEWSKI; MAYER, 2015; OLIVEIRA; SPENGLER, 2012).

O surgimento das Políticas Públicas vem na direção desse Estado social, e

As políticas públicas são a materialização do Estado por meio de diretrizes, programas, projetos e atividades que tem por fim atender as demandas da sociedade. São chamadas públicas para distinguir do privado, do particular, do individual, considerando-se a ótica de que o termo público tem uma dimensão mais ampla e abrange o estatal e o não estatal (GORCZEWSKI; MAYER, 2015, p. 9).

As Políticas Públicas, portanto, são o instrumento do Estado para garantir o desenvolvimento do bem estar, redução das iniquidades e vulnerabilidades sociais, decorrentes de uma crise do Estado Democrático de Direito, e ineficiência da aplicabilidade das diretrizes e programas supracitados (OLIVEIRA; SPENGLER, 2012).

Quando falamos em vulnerabilidade social, sua compreensão está associada a perda de poder econômico e social, a exploração da pobreza e as desigualdades sociais. Nesse sentido, Carmo e Guizardi (2018), pontuam que aquele que é ou está vulnerável não necessariamente sofre danos, mas sim está mais suscetível a eles, uma vez que está em desvantagem quanto ao modo de acessar os recursos materiais e bens de consumo, poder de influenciar decisões políticas, possibilidade de enfrentamento às barreiras culturais, econômicas e sociais e liberdade em relação às situações de violência (PAZ; SANTOS; EIDT, 2006).

Para Tedesco e Liberman (2008), amparados por Ayres et. al. (2003), não se pode distinguir a vulnerabilidade individual do contexto social, uma vez que há uma relação dialética entre esses elementos. A produção de vida está engendrada no campo social, e as vulnerabilidades também denotam a possibilidade de reconhecer e criar novas conexões e disposições de vida.

Seguindo essa perspectiva, abrimos campo para conferir aos indivíduos a gerência de sua própria existência, reconhecendo a participação do Estado na responsabilidade, não só de

predispor as condições das vulnerabilidades sociais, como também as possibilidades opções a elas.

A Lógica do Mundo Global

A ideia de um Mundo Global diz respeito a uma política de gestão, como colocada por Hardt e Negri (2001), enquanto uma lógica que atravessa tudo e todos, que tem como função gerir as relações em nível mundial. Lógica de uma denominada sociedade de controle (DELEUZE, 1992), que vem generalizar e intensificar a sociedade disciplinar, dita por Foucault.

O império está se materializando diante de nossos olhos. Nas últimas décadas, a começar pelo período em que regimes coloniais eram derrubados, e depois em ritmo mais veloz quando as barreiras soviéticas ao mercado do capitalismo mundial finalmente caíram, vimos testemunhando uma globalização irresistível e irreversível de trocas econômicas e culturais. Juntamente com o mercado global e com os circuitos globais de produção, surgiu uma ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando – em resumo, uma nova forma de supremacia. O império é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo (HARDT; NEGRI, 2001, p.11).

A lógica do Mundo Global se atualiza na união de países de uma mesma região em grandes blocos econômicos, na constituição de organismos internacionais reguladores, na forma de gestão econômica e política dos países e, ao mesmo tempo, no modo de ser e estar das pessoas presente em diversas cidades do mundo.

Os chamados “blocos econômicos”, como o próprio nome já retrata, apresentam como objetivo explícito principal a parceria econômica, na medida em que buscam facilitar as relações comerciais entre os países que os compõem. Para que esta parceria seja possível é necessário que os países envolvidos tenham regras comerciais comuns, gerando certo nivelamento da política econômica no que diz respeito às leis de comércio, taxas alfandegárias, impostos, etc. Este nivelamento e a forma como é executado, pode fazer com que países de economia frágil, com fraco poder de competição, sejam dominados por países fortes economicamente (BARBOSA, et al, 2016). Partindo do pressuposto de que a cultura, além de ser produzida e produzir subjetividade, também é capitalizada – possui um valor em dinheiro e pode ser comercializada como um produto -, os países fracos economicamente podem ter, além da economia e subjetivação, a sua cultura dominada (GUATTARI; ROLNIK, 2000).

Os organismos internacionais têm como objetivo a regulação das ações dos países a partir de uma política única e universal. Temos exemplos destes organismos regulatórios no âmbito das práticas econômicas por meio do FMI (Fundo Monetário Internacional), que atua através de intervenções na política econômica dos países – no Brasil presenciamos algumas destas intervenções na política econômica através da imposição de condições para ceder empréstimos e parcelar a dívida externa. Outro exemplo destes organismos seria a ONU¹ (Organização das Nações Unidas) que funciona como reguladora da segurança no mundo, determinando os países que são ou não seguros e aprovando ou não intervenções (militares, econômicas, políticas) nos países que entendem representar alguma ameaça à ordem mundial. Além destes organismos, a Convenção Internacional de Direitos Humanos, através das diversas instituições que defendem os seus princípios, funciona como marco regulatório das legislações e das práticas a respeito dos direitos humanos em diversos países.

A materialização do mundo Global tem efeitos também, no âmbito da economia, através do capitalismo enquanto forma de gestão econômica por excelência em todo o mundo. No âmbito político, ressaltamos dois vetores principais: a política institucional representativa e a política existencial ou de vida. No caso da primeira é relativamente clara a sua hegemonia no mundo, na

¹ A Organização das Nações Unidas (ONU), surge no cenário mundial do contexto pós-2ª guerra mundial, quando o mundo estava dividido em dois blocos político-econômicos – a saber capitalismo e socialismo. A entidade tem como objetivo manter a paz e a segurança no mundo.

medida em que percebemos que a maior parte dos países tem como forma de organização política a democracia representativa. Inclusive os países que possuem outras formas de organização política são pressionados a mudá-la com uma força inversamente proporcional à sua participação econômica no mercado global (o exemplo disso seria a diferença das relações internacionais com países como China e Cuba). No caso da segunda política (a de vida) há uma homogeneização das formas de existir – que captura os processos singulares de existência. Esta política – que chamamos de política de vida – é produzida em nível mundial e tem como aliados dispositivos característicos das sociedades disciplinares e de controle.

Em relação à política de vida ou modos de ser e estar (formas de existir) dominantes no mundo global, podemos citar, dentre outros exemplos, os hábitos de consumo que atravessam as populações de todo o mundo. Estas formas de consumo podem ser retratadas pelas propagandas internacionalizadas, ou seja, como as pessoas têm o hábito de consumo modulado globalmente, as propagandas são veiculadas mundialmente, ainda que possuam pequenas particularidades de acordo com os locais onde são veiculadas. As propagandas internacionalizadas além de retratar as formas de consumo, servem como refinadas técnicas de modulação das formas de existir na contemporaneidade, uma vez que promovem estilos de vida - formas de ser e de viver - juntamente com os produtos. As pessoas consomem não somente um produto, mas um jeito de ser, uma forma de existir.

Atualmente a maior parte das produções humanas, sejam elas materiais ou imateriais, possui um valor em dinheiro, possui como equivalente geral o capital. Isso acarreta uma vertiginosa decadência na consistência dos modos de ser e estar, na medida em que as referências utilizadas para a constituição de territórios existenciais são moduladas de acordo com a lógica do Mundo Global. Desta forma, ocorre uma desvalorização das referências produzidas pelas experimentações singulares, o que acarreta num processo de homogeneização e fugacidade dos universos de valor (ROLNIK, 1989). Mas o que isso quer dizer? Quer dizer que *“Existem coisas que o dinheiro não compra. Para todas as outras existe MasterCard”*²; em outras palavras, os elementos de constituição dos nossos *territórios existenciais* – nossas formas de ser e estar no mundo, de como se relacionar, de como lidar com o sexo, de como e o que comer, de como se locomover no espaço territorial, etc. – são, cada vez mais, produtos a serem consumidos. Estes produtos estão nas estantes do Mundo Global, e são muito variados – cada vez mais personalizados – e atravessam todas as culturas do planeta.

Estes elementos, característicos do Mundo Global remetem a um processo de subjetivação dominante, pois assim como temos uma forma de gestão econômica que é dominante (no caso o Capitalismo), com a produção de subjetividade da mesma forma. Ou seja, não há uma divisão entre economia e subjetividade, ambas produzidas em um mesmo processo que chamamos de subjetivação. Para apreendermos a dinâmica destes processos de subjetivação, é importante passarmos pelos dispositivos disciplinares e de controle, acompanhando a forma como compõem o cenário Mundial.

Não há uma separação entre investimentos familiares, objetivos, individuais do desejo e os investimentos políticos e sociais. Eles estão numa relação de coextensividade. A mesma produção, diferentes regimes (RAUTER, 2015, p. 48)

Estes dispositivos têm um papel fundamental na produção e reprodução desta paisagem do tecido social, sendo eles mesmos produção e produto. Por exemplo, geralmente nascemos no seio de uma família que, em alguns aspectos, nos moldará, assim como muitas outras instituições nos moldarão ao longo da existência. Entretanto, a família é determinada pelo tecido social no qual ela emerge; determinada pela composição de forças e pelas articulações entre os diferentes movimentos existentes no campo social.

Passamos por dispositivos disciplinares, fechados e formatadores; estamos imersos por dispositivos de controle, abertos e moduladores. Nos dispositivos fechados, o poder de afetação se exerce, segundo Deleuze:

2 Slogan de propaganda de cartão de crédito difundido mundialmente.

[...] pela pura função de impor uma tarefa ou um comportamento quaisquer a uma multiplicidade qualquer de indivíduos, sob a única condição de que a multiplicidade seja pouco numerosa e o espaço limitado, pouco extenso (DELEUZE, 1988, p. 80).

Exemplo de tais dispositivos são creches, escolas, fábricas (empresas), quartéis, hospitais, asilos, presídios, universidades. Todos produzindo, a partir da disciplina, corpos economicamente úteis e politicamente dóceis (FOUCAULT, 2004).

Ao mesmo tempo em que passamos por esta “via sacra”, temos os dispositivos de controle que, ao invés de moldes procedem por modulações; novas relações familiares, novas relações de amizade, de trabalho, novas percepções, novas pedagogias. Todas estas modulações se atualizando constantemente a partir dos movimentos delineados pela Lógica do Mundo Global. Nestes dispositivos, a *função* do poder seria, segundo Deleuze: “[...] gerir e controlar a vida numa multiplicidade qualquer, desde que a multiplicidade seja numerosa (população), e o espaço extenso ou aberto” (DELEUZE, 1988, p. 80).

A ciência, os diversos campos do saber, os meios de comunicação social, o marketing e os organismos internacionais são exemplos desses dispositivos. Todos produzindo modulações que são assimiladas e colocadas em prática. Assim sendo, podemos dizer que as lógicas dos dispositivos disciplinares são diluídas no campo social e intensificadas, continuamente, pelas modulações dos dispositivos de controle.

É como se os muros das instituições se tornassem permeáveis e as lógicas que anteriormente estavam restritas aos espaços fechados agora estivessem generalizadas no campo social. Vemos cada vez mais o atravessamento de lógicas diversas na mesma instituição. Um exemplo disso seriam as práticas de judicialização, pedagogização e medicalização da vida, que trataremos mais especificamente a frente, e que tem como objetivo normatizar a vida.

A partir do momento em que os processos de constituição de modos de ser e estar são produzidos no campo social, a modulação contínua deste produz – ao mesmo tempo – uma modulação nos modos de ser e estar. A velocidade dessa modulação e a fugacidade dos territórios consumidos geram sofrimento através da fragilidade da consistência subjetiva que estes elementos proporcionam. Quanto mais fragilidade mais sofrimento e maior vulnerabilidade à captura pelas *centrais de distribuição de sentido e de valor*³ do sistema (ROLNIK 1989).

Percebemos as lógicas disciplinares e de controle, disseminadas pelos seus respectivos dispositivos, como coexistentes na atualidade. Quando afirmamos que os muros das instituições se tornaram permeáveis, estávamos indicando que as lógicas disciplinares ainda existem, mas que são sistematicamente moduladas pelas lógicas de controle. Isto tem como efeitos, além da fragilidade subjetiva citada, a declarada crise permanente das instituições. Esta “dita” crise justifica a atualização sistemática das lógicas disciplinares pelos dispositivos de controle.

Na medida em que as instituições estão em “crise permanente” são criadas uma série de modulações para dar conta desta crise (DELEUZE, 1992, p. 221). Há reformas constantes no papel da escola, da família, das universidades, do sistema judiciário, etc. Se proliferam cursos de capacitação para preparar professores, pais, operadores do direito, conselheiros tutelares e outros. Nestas capacitações entra em cena a interferência de lógicas diversas na mesma instituição, resultado da diluição das lógicas disciplinares e da permeabilidade dos muros das instituições.

Estes processos, chamados de judicialização (OLIVEIRA; BRITO, 2016), pedagogização (BALL, 2013) e medicalização (FERREIRA, 2017) tem em comum o objetivo de regular a vida das pessoas, regulamentar suas formas de ser e de viver, seja por meio de decisões judiciais, formação educacional ou uso de medicamento (em especial psicotrópicos).

Nesta mesma linha de pensamento, Foucault (2002) trabalha a idéia de uma nova forma de governo que consiste em uma “arte de governar”, a qual chama de governamentalidade. O autor se refere à construção de uma “racionalidade política” na conjunção das técnicas de dominação das populações e de constituição de si. A governamentalidade abarca o chamado governo de si (constituição de uma ética), o governo dos outros (formas políticas de governo) e a relação entre o

³ Rolnik utiliza este termo para se referir à mídia em geral como forma de captura, através da modulação contínua nas formas de ser e estar no mundo.

governo de si e o governo dos outros.

O estudo da governamentalidade é inerente à análise das formas de racionalidade, das técnicas e instrumentos que regulamentam a vida das pessoas. Entendemos que há uma ligação entre o conceito de controle trabalhado por Deleuze e o de governamentalidade cunhado por Foucault. Embora o controle, de certa forma, regule a vida das pessoas, na medida em que impõe as modulações que interessam à lógica do mundo global, ele não constitui, pelo menos de forma estruturada pelo Estado, uma racionalidade política, um saber que é utilizado para melhor gerir uma determinada população. Enquanto que a governamentalidade, mesmo operando certo controle da vida das pessoas através da regulamentação, não possui a mesma amplitude do controle, uma vez que está relativamente fixado a um Estado e a uma determinada população.

Formas de Ser e de Viver e Produção de Práticas

As diferentes formas que temos de ver as pessoas e o mundo em que vivemos estão relacionadas com a processualidade inerente à existência humana. Vimos que somos produzidos no complexo jogo de forças do campo social histórico, composto por elementos múltiplos e heterogêneos. Esta produção de nós mesmos produz determinadas implicações com o que produzimos, já que sempre estamos implicados (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007). No caso da constituição de um “olhar”, de uma forma de ver, pensamos que esta forma de ver a vida carrega inexoravelmente determinadas implicações, determinados posicionamentos em relação às instituições, determinados posicionamentos políticos, éticos, subjetivos, que produzimos e nos produzem.

É deste lugar que vamos constituir um olhar que, de forma alguma, pretende ser certo ou errado, verdadeiro ou falso, ou qualquer outro antagonismo dicotômico. Este olhar que constituímos diz de uma forma singular de ver a vida, de se posicionar em relação ao que produzimos e nos produz. De forma alguma se trata de uma verdade absoluta passível de generalização, pelo contrário, se trata de verdades provisórias e singulares. Verdades em constante mudança, constante transformação; transformação esta que caracteriza o mundo em que vivemos.

No mundo contemporâneo o espantoso crescimento do desenvolvimento tecno-científico mostra-se incapaz de solucionar alguns problemas que enfrentamos atualmente, mesmo tendo como justificativa a solução de tais problemas. Ao mesmo tempo em que olhamos – atônitos - as revoluções tecno-científicas e seu poder de afetar nossas vidas, vivenciamos inúmeros problemas, tais como: a decadência vertiginosa dos modos de ser e estar, concentração de capital e a crescente degradação do planeta (GUATTARI, 1990).

Há homens no espaço, armas de alto poder de destruição, tecnologias subjetivas, Internet, comunicação instantânea com qualquer parte do mundo, engenharia genética. Toda essa tecnologia tem como justificativa estar a serviço do bem-estar humano; no entanto, este *pseudodesenvolvimento*, além de se mostrar ineficaz para a resolução dos problemas citados, intensifica-os. Neste sentido, Félix Guattari comenta:

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando a produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá concernir, portanto, não só as relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo (GUATTARI, 1990, p. 09).

Esta análise leva em conta as forças em jogo no contexto histórico, nos seus níveis molares e moleculares. É necessário estar atento a estes níveis que compõem a realidade para que ocorram as transformações a que Guattari (1990) se refere. Os conceitos de molar e molecular dizem respeito a dimensões distintas e coexistentes do campo social. Quando falamos de molar estamos nos referindo à dimensão do estratificado, aquilo que possui uma forma, é quantificável, possui uma regularidade que possibilita uma previsão. Já o molecular se refere à dimensão do não-estratificado (dos fluxos), do informe (matéria não-formada), daquilo que não pode ser quantificado, mas

sentido (afeto), não possui estabilidade; logo, é imprevisível.

A questão micropolítica – ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social – diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de “molar”), com aquele que chamei de molecular. Entre estes dois níveis, não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar a lógica. Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. Da mesma forma, as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares... (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p.127).

O trabalho intersetorial, no caso dos Programas e Projetos Sociais criados para o “enfrentamento” das situações de vulnerabilidade, é um avanço quando tem o entendimento de que a situação a ser enfrentada é composta por um conjunto de fatores e, desta forma, amplia o número de atores/setores envolvidos para pensar e compor o trabalho, possibilitando uma análise da tensão entre molar e molecular no cotidiano de trabalho. Por outro lado, esta mesma metodologia, pode reproduzir e intensificar a lógica do Mundo Global quando opera uma dicotomização destes níveis da realidade. Podendo priorizar os aspectos molares (grandes grupos estatísticos como renda, etnia, escolaridade, etc.) em detrimento de aspectos moleculares, da sensibilidade, ou seja, de como o trabalho é executado e os afetos que produz nas pessoas envolvidas na intervenção. Não obstante, o trabalho pode priorizar os aspectos moleculares, os encontros, as afetações, os elementos de constituição de modos de existir e, com isso, não intervir na política enquanto institucionalizada, não ocupar e/ou construir estratégias nos espaços de institucionalização⁴.

Suponhamos que eu até me torne o líder desse grupo na luta por uma causa justa e todo mundo me aclame dizendo ‘Félix vai nos representar para tal coisa’, e, paralelamente, não haja um dispositivo para tentar analisar o que são os outros tipos de investimento, necessariamente em jogo na situação, a nível molecular. (...) E, inversamente, se os processos de revolução molecular, não forem retomados a nível das relações de força reais (relações de força sociais, econômicas, materiais) pode acontecer de eles começarem a girar em torno de si mesmos como processos de subjetivação em implosão, provocando um desespero, que pode levar até ao suicídio, à loucura ou algo do gênero (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 132).

Podemos dizer que as intervenções no campo social condensam em si estas duas dimensões da realidade: a molar e a molecular. No entanto, é fundamental ter em mente que estas duas dimensões, embora distintas, são coexistentes. Isto quer dizer que uma Visita Domiciliar e uma reunião do Conselho Municipal (seja ele de saúde, assistência social ou educação), por exemplo, são espaços que privilegiam determinadas práticas e, apesar de serem diferentes, fazem parte de uma mesma política, sendo compostos pelas dimensões molares e moleculares.

Esta concepção faz toda a diferença na medida em que possibilita a análise do contexto social, entendendo este contexto como engendrado por estas duas dimensões, o que pode possibilitar a construção da melhor estratégia a cada momento e de acordo com o jogo de forças no local onde intervimos.

Toda a problemática micropolítica (nível molecular) consistiria, exatamente em tentar agenciar os processos de singularidade no próprio nível onde eles emergem. (...) A questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante. (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 130).

4 Este termo remete aos espaços instituídos de produção de políticas públicas.

Acreditamos que estas práticas singulares e localizadas podem privilegiar a resistência aos modos de produção econômico-subjetivos dominantes do mundo Global, possibilitando a criação de escapes a esta produção. A respeito disso, no texto “Os intelectuais e o poder”, Foucault fala sobre a resistência enquanto uma luta local. Enquanto uma luta que possui o caráter de resistência na medida em que as estratégias de enfrentamento são localizadas, ou seja, levam em consideração as implicações de quem luta no local onde o poder se exerce.

Mas se é contra o poder que se luta, então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria. E iniciando esta luta – que é a luta deles – de que conhecem perfeitamente o alvo e de que podem determinar o método, eles entram no processo revolucionário (FOUCAULT, 2000, p. 46).

A resistência, para Foucault, sempre vem antes do poder, ou seja, as diferentes estratégias de poder se desenvolvem a partir da resistência encontrada pelo poder em seu percurso. Logo, só é possível conceber a resistência em sua imanência em relação ao poder. Não há criação de estratégias de poder que não respondam a determinados tipos de resistência e, ao mesmo tempo, a resistência ao poder emerge dentro do próprio poder (FOUCAULT, 2006).

Este modo de conceber a prática no campo social, que caracteriza a resistência, pode parecer óbvio. No entanto, muitas vezes os profissionais envolvidos em Programas e Projetos Sociais, vinculados a Políticas Públicas, não colocam em questão a lógica do Mundo Global – em especial os processos de produção econômico-subjetivos -, bem como o posicionamento, tanto das instituições como das pessoas envolvidas neste jogo de forças do campo social. E mais, os profissionais inseridos em Políticas Públicas podem não colocar em questão as suas próprias implicações em relação às suas práticas e o que produzem com elas nos locais onde atuam.

No caso do modo de produção econômico, não podemos deixar de avaliar as suas influências no local e na problemática que estamos intervindo – ou seja, na produção da vulnerabilidade social e os efeitos que esta produção tem no tecido social -, pois deixando de considerar a sua influência podemos acabar produzindo práticas desconectadas desta realidade, operando a redução desta complexa rede de relações a elementos supostamente determinantes. Isto quer dizer que, embora não possamos fechar os olhos para o peso que o modo de produção econômico tem na produção da vulnerabilidade social, não podemos negligenciar outras forças envolvidas neste cenário que produzem tais vulnerabilidades.

A partir dos pressupostos construídos até o momento, constituímos um olhar a respeito da contemporaneidade no qual somos constituídos por processos de produção, que se caracterizam pelo atravessamento de múltiplas forças existentes no campo social. Assim sendo, não podemos proceder de forma simplória creditando somente à pobreza ou ao indivíduo, ou a qualquer outro aspecto de forma isolada, a produção da situação de vulnerabilidade social.

Há um conjunto de fatores que contribuem na produção das situações de vulnerabilidade social. Não podemos ser ingênuos (ou reducionistas), achando que haveria um fator determinante para esta produção social, a não ser a própria produção econômico-subjetiva e as práticas sociais a ela vinculadas num determinado contexto histórico.

A situação de vulnerabilidade só emerge em contextos sociais que lhes dêem sustentação. Este modo de ver, este olhar, é fundamental na medida em que nos permite pensar as práticas amplamente, considerando o contexto de sua produção, problematizando o que é dado de antemão e articulando as forças envolvidas no processo. Da forma que colocam Coimbra e Nascimento:

Se consideramos os objetos, sujeitos e saberes como produções históricas, datadas e advindas das práticas sociais; se aceitamos que os especialismos técnico-científicos que fortalecem a divisão social do trabalho no mundo capitalista têm tido, dentre outras funções, a de produzir verdades vistas como absolutas e universais e a desqualificação de muitos

outros saberes que se encontram no mundo; se entendemos como importante em nossas práticas cotidianas a análise de nossas implicações, assinalando o que nos atravessa, nos constitui e nos produz, e o que constituímos e produzimos com essas mesmas práticas, poderemos pensar, inventar e criar outras formas de atuar, de ser profissional (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 34).

Neste artigo, as autoras expõem a constituição de um modo de ver a juventude pobre, em situação de vulnerabilidade social, como portadora de uma suposta periculosidade potencial. A constituição de uma “natureza” da juventude pobre, a gênese de uma interpretação moral que se opõe a um modelo “descendente” de juventude, que pode produzir e consolidar uma série de práticas de controle das formas de ser e de viver, sejam discriminatórias, higienistas, excludentes e até de extermínio.

É preciso estar atento aos processos de produção econômico-subjetivo, sua lógica, funcionamento e disseminação, mas também é preciso estar atento às mais variadas formas pelas quais as pessoas materializam e resistem a esta lógica, produzindo escapes às lógicas dominantes. É vital que os profissionais das Políticas Públicas analisem o jogo de forças no campo social onde atuam e as práticas produzidas no cotidiano do trabalho nas Políticas Públicas.

Apesar de serem as condições materiais as que criam as relações que incomodam o poder, este as encara como voluntariosas e, nessa medida, acusa, criminaliza aqueles que sequer optam, mas se vêem submetidos a determinadas condições de vida (SCHEINVAR, 2002, p. 88).

Nas intervenções em Políticas Públicas podemos facilmente produzir discursos/práticas que creditam a situação da pessoa e/ou grupo de pessoas às suas próprias escolhas, sua posição econômica, sua condição social, seu nível de escolaridade, sua saúde, sua família, etc. Seguindo este caminho negamos a possibilidade de participação das pessoas na gestão de suas próprias vidas, uma vez que a elas “falta” algo para que consigam ter as rédeas de sua existência, restando somente tutela e controle por parte do Estado.

Este contexto pode produzir e legitimar práticas de criminalização (falta de moral e/ou educação), de medicalização (falta de saúde e/ou sanidade), judicialização (falta de recursos para gerir conflitos e/ou educação) e pedagogização (falta de educação e/ou irresponsabilidade). Estes processos, que podemos chamar de processos de controle da vida, incidem diretamente sobre as populações em situação de vulnerabilidade social, alvo principal das políticas sociais.

É dessa maneira que passam a ser percebidas as formas de vida daqueles que discordam ou não tem condições de se adequar aos modelos hegemônicos, como acontece com a população pobre. A prática política desqualifica as formas de vida produzidas em contextos sociais datados e reconhecidos como cenários de exclusão social individualizando casos que se repetem massivamente, eximindo-se o poder público da responsabilidade maior de ter determinado não só as condições de pobreza, mas também as alternativas a ela (SCHEINVAR, 2002, p. 85).

Os efeitos destas práticas podem ser identificados em algumas situações do cotidiano do profissional que trabalha em Programas e/ou Projetos Sociais vinculados a Políticas Públicas. Se os profissionais percebem a pessoa atendida como excluída, um dos objetivos do trabalho está em incluí-la; seja economicamente, socialmente, culturalmente, etc. Por exemplo, se há uma família que não possui renda, tentamos incluí-la em um benefício que possibilite uma renda mensal; se numa família há crianças e/ou adolescentes em idade escolar que não freqüentam a escola, podemos articular (com a família, escola, conselho tutelar) a possibilidade de vaga em determinada escola e a forma de inserção no meio escolar. Por outro lado, para que isso seja possível é também necessário um cuidado com o “como isso será feito”, propondo-se um acompanhamento singularizado, onde

estas mudanças (neste caso, econômicas e pedagógicas) possam ser digeridas, ou melhor, que a forma de inclusão se diferencie e possibilite às pessoas outro posicionamento perante estes âmbitos do campo social.

Neste ponto reside um aspecto importante, quando entendemos que as pessoas em situação de vulnerabilidade social têm um suposto potencial perigoso, nossa prática se direciona para a prevenção em relação ao possível desenvolvimento deste potencial de periculosidade. Ou seja, nossas práticas estarão voltadas para a proteção da sociedade em relação à suposta periculosidade das populações atendidas e não na sua proteção e/ou garantia de direitos.

A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei também efetiva, mas das virtualidades do comportamento que elas representam (FOULCAULT, 1996, p. 99).

A problematização da periculosidade faz toda a diferença em nossa produção de práticas, pois sem a desnaturalização da dita periculosidade no processo de acompanhamento dessas pessoas podemos acabar priorizando o controle dos modos de ser das comunidades, das famílias, dos pais, das crianças, etc. E, no caso da implementação das políticas públicas, sob o enfoque da promoção, podemos criar estratégias que justificam o tipo de acompanhamento citado que, por sua vez, legitima o entendimento das populações pobres como portadoras de um suposto potencial perigoso.

Os Programas e Projetos Sociais, em sua maioria, têm como objetivo a intervenção na realidade das pessoas envolvidas, com objetivo de diminuir a pobreza através de repasse ou geração de renda, incentivar a cultura local através de estratégias que favoreçam sua preservação, cuidar da natureza através da conscientização ecológica de pessoas e empresas, possibilitar o protagonismo das pessoas através da cidadania, etc. Se isto procede, a questão que surge é a seguinte: como é possível que os elaboradores e executores destes projetos não se questionem a respeito dos processos econômico-subjetivos e seus efeitos no campo social?

Entendendo os modos de produção econômico-subjetivo do mundo global como elementos fundamentais na produção da miséria (que também é econômica e subjetiva), bem como na produção das situações de não cumprimento de direitos – como na situação vulnerabilidade social -, fica evidente que é necessário analisar como estes modos de produção se materializam na realidade local onde ocorre a intervenção. Além disso, é importante o desenvolvimento de estratégias de intervenção que englobem estes mesmos processos de produção.

Uma vez que o processo de produção global referido tem os efeitos citados, percebemos um movimento “globalizado” para controlar a situação. Fica claro que para os países – em especial os mais empobrecidos - manterem um mínimo de “controle” das pessoas em situação de vulnerabilidade social, é fundamental ter uma preocupação constante com os efeitos da produção de miséria, alavancada, entre outras coisas, pelo processo de produção econômico-subjetivo. Esta preocupação se evidencia quando percebemos o investimento, por parte dos países e de Organizações Internacionais, de somas significativas de dinheiro em Programas e Projetos Sociais em todo o mundo. No Brasil, isto fica nítido quando constatamos a quantidade e diversidade de Programas e Projetos Sociais em andamento - sejam eles financiados com recursos governamentais ou não-governamentais.

Entendemos que os problemas que enfrentamos atualmente, e que são explicitados ao longo deste texto, emergem enquanto efeitos de um certo tipo de processo de produção econômica e subjetiva. Assim sendo, surge a questão: que efeitos produzimos com nossas práticas de trabalhadores em projetos sociais ao não colocarmos em questão estes processos de produção?

Esta questão nos leva a problematizar os Programas e Projetos Sociais e seus efeitos, tanto os efeitos esperados como os produzidos. É obvio que, como dito anteriormente, na prática cotidiana estamos caminhando sempre no fio da navalha. Desta forma, o trabalho intersetorial, a regionalização do atendimento, o acompanhamento sistemático; assim como outras formas de intervenção, não garantem que os efeitos sejam a produção de escapes a lógica dominante. Assim sendo, as formas de intervenção referidas podem se tornar mecanismos de vigilância que servem

às práticas de controle da vida.

Na medida em que os Programas e Projetos Sociais não interferem no processo de produção econômico-subjetiva, eles podem funcionar como um mecanismo de gestão da miséria humana. E, além disso, podem produzir, a partir da vigilância constante das populações vulneráveis, um saber sobre estas populações que, sistematicamente, atualizaria as estratégias de gestão desta miséria.

É importante ressaltar que não temos a pretensão de generalizar os Programas e Projetos Sociais, afirmando que eles funcionam como mecanismos de gestão da miséria. O que estamos apontando é que, na medida em que não intervirem na produção econômica-subjetiva, podem produzir práticas de controle que, por sua vez, produzem saberes sobre as populações pobres que servem de substrato para o “aprimoramento” dos mesmos projetos e/ou a criação de outros.

Considerações Finais: o Campo Problemático

A ideia de um campo problemático remete ao um conjunto de análises e questionamentos constituídos na prática cotidiana em Programas e Projetos Sociais, vinculados a Políticas Públicas. A importância do campo problemático está em não fornecer respostas prontas, nem receitas, e muito menos diretrizes. O que o campo problemático oferece são problemas que podem possibilitar que os profissionais coloquem em análise a produção de práticas na área das Políticas Públicas voltas a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A questão que abre este campo problemático se relaciona com lógica dominante que abarca a maioria do planeta, por meio de processos de produção econômico-subjetivos que tem como objetivo gerir os modos de ser e de viver na contemporaneidade, produzindo como efeitos a pobreza e a homogeneização das subjetividades. A partir desta forma de ver o mundo, desta análise, a questão que pede passagem é a seguinte: que efeitos característicos esta lógica produz no local (território) que estamos intervindo? Que formas de ser e de viver esta lógica engendra (neste caso nos profissionais e nas pessoas atendidas)?

Esta questão pode possibilitar aos trabalhadores a análise da inseparabilidade entre o trabalho em Programas e Projetos Sociais e as lógicas dominantes no Mundo Globalizado. Por outro lado, possibilita aos trabalhadores acompanhar as formas pelas quais as pessoas reproduzem estas lógicas dominantes (inclusive eles próprios!) nos locais onde vivem; e também, como resistem, como produzem escapes.

Nas práticas em Políticas Públicas, vimos que podem ser produzidas desde práticas de controle e/ou de regulamentação até práticas que tenham como efeito a produção de novas formas de ser e de viver.

Vimos que as Políticas Públicas podem promover, no nível do trabalho executado pelos profissionais, tanto o acompanhamento de singularidades como o controle de virtualidades; no nível da Gestão de Populações estas políticas podem fomentar, tanto estratégias de autonomia em relação aos modelos de ser e de viver dominantes, como podem produzir a Gestão da Miséria.

Este modo de gerir as populações vulneráveis, que chamamos de gestão da miséria, não é algo produzido e sistematizado de forma maquiavélica, se trata de uma produção de práticas que é engendrada pelos diversos atravessamentos que constituem as Políticas Públicas. Esta gestão diz respeito aos processos de produção econômico-subjetivo e, também, às pessoas atendidas, aos profissionais sociais, aos serviços da rede de atendimento, aos espaços de controle social, etc. É na articulação destes elementos que se materializa a gestão da miséria, enquanto um conjunto de práticas que tem como efeito o abafamento das resistências e o escamoteamento das condições de possibilidade da crescente pobreza e da homogeneização das subjetividades.

A gestão da miséria evidencia a tentativa do Estado de proteger a sociedade dos “perigosos”, aqueles que podem constituir um perigo a “ordem social” na medida em que resistem à lógica do mundo global.

Na medida em que a resistência às lógicas dominantes vem antes do exercício do poder, ou seja, as formas de exercício do poder são animadas pelas resistências produzidas aos modos de ser e de viver hegemônicos no campo social; as questões que se colocam inelutavelmente são: que formas de resistência às lógicas dominantes impulsionam a produção das políticas públicas que implementamos na condição de trabalhadores sociais? Que contexto possibilitou o surgimento

destas políticas e que atravessamentos compuseram a condição de possibilidade de seu surgimento?

Em relação aos Programas e Projetos Sociais percebemos que, embora tenham uma intervenção direcionada aos efeitos dos processos econômico-subjetivos, dificilmente contemplam em suas práticas as análises dos efeitos destes processos, dificultando a participação ampla, tanto da pessoas atendidas como de diversos setores da sociedade e do Estado.

Embora as situações alvo das Políticas Públicas sejam constituídas no entrelaçamento de múltiplos fatores, há produção de práticas que criminalizam a pobreza, culpabilizam as famílias e desqualificam as pessoas e suas formas de ser. A despeito da pobreza e da homogeneização das subjetividades serem efeitos do exercício da lógica do mundo global, as pessoas são totalmente culpabilizadas por suas condições de vida.

Como construir práticas, em projetos sociais, que fomentem a integração de forma prática das políticas econômicas, sociais, educacionais, de segurança, entre outras; possibilitando a análise das práticas de controle e normalização das populações vulneráveis? A análise das práticas de controle e normalização pode auxiliar na problematização das estigmatizações das populações atendidas?

A análise de implicações como ferramenta de trabalho nas práticas junto a Programas e Projetos Sociais possibilita a constituição de um campo problemático a respeito das intervenções executadas. A questão da análise da produção de práticas não carece de uma resposta e sim da produção de diversos questionamentos. Que práticas estamos produzindo na posição de trabalhadores sociais? O quanto estas práticas produzem novas formas de se e de viver e o quanto elas reproduzem as lógicas dominantes? O quanto elas potencializam a vida? Quais seus efeitos em trabalhadores e assistidos?

A constituição do campo problemático não tem a intenção de resolver os problemas enfrentados no trabalho junto aos projetos sociais. A ideia é a criação de um conjunto de análises e problemas a respeito do mundo em que vivemos, das práticas que produzimos (nos produzimos) e seus efeitos. Pois acreditamos que o posicionamento constituído junto ao campo problemático nos possibilita potencializar a vida, ou seja, produzir práticas coletivas que afirmem a vida e possibilitem que as pessoas tenham as rédeas do seu destino.

Referências

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, Haraldo César. O conceito de vulnerabilidade e as praticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERENIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado. **Promoção da Saúde: conceitos e tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BALL, Stephen. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. **Educação**, v. 36, n. 2, 2013. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/html/848/84827901003/> >. Acesso em: 08 fev. 2019.

BARBOSA, Carmen Ferreira et al. Os blocos econômicos, o colapso do trabalho e as políticas sociais. **Multitemas**, [S.l.], jul. 2016. Disponível em: <<http://www.multitemas.ucdb.br/article/view/1161/1085>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 1-14, 2018. Disponível em: < http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/public_site/arquivo/1678-4464-csp-34-03-e00101417.pdf >. Acesso em: 09 fev. 2019.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político. **Práticas PSI inventando a vida**, p. 27-38, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/texto22.pdf> >. Acesso em: 08 fev. 2019.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v57n1/v57n1a02.pdf> >. Acesso em: 08 fev. 2019.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FERREIRA, Mayara Souza. MEDICALIZAÇÃO DA VIDA. **Alumni - Revista Discente da UNIABEU-ISSN 2318-3985**, v. 5, n. 10, p. 26-34, 2018. Disponível em: < <http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/alu/article/view/3109/2116> >. Acesso em: 08 fev. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos volume IV, Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau: 1996.

GORCZESKI, Clóvis; MAYER, Grazieli Schuch. Algumas considerações acerca das Políticas Públicas como instrumento de inclusão social. In: XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015, Santa Cruz do Sul/RS. **Anais do XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015. Trabalho apresentado em Mostra Científica. p. 1-21. Disponível em: < <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/13138/2327>>. Acesso em 09 fev. 2019.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **O Império**. São Paulo, Ed. Record, 2001.

OLIVEIRA, Camilla Felix Barbosa de; BRITO, Leila Maria Torraca de. Humanização da Justiça ou judicialização do humano?. **Psicologia Clínica**, v. 28, n. 2, p. 149-171, 2016. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652016000200009 >. Acesso em: 08 fev. 2019.

OLIVEIRA, Luthyana Demarchi; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação como política pública de fortalecimento da democracia participativa. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v.2, n. 2, p. 131-140, 2012.

PAZ, Adriana Aparecida; SANTOS, Beatriz Regina Lara; EIDT, Olga Rosária. Vulnerabilidade e envelhecimento no contexto da saúde. **Acta**, v. 19, n. 3, p. 338-342, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v19n3/a14v19n3.pdf>>. Acesso em 09 fev. 2019.

RAUTER, Cristina. Clínica Transdisciplinar: afirmação da multiplicidade em Deleuze/Spinoza. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência—1º quadrimestre de**, v. 8, n. 1, p. 45, 2015. Disponível em: <http://tragica.org/artigos/v8n1/rauter.pdf> >. Acesso em: 08 fev. 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SCHEINVAR, Estela. Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In: **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Organização Maria Lúvia do Nascimento. Niterói: Intertexto e Oficina do autor, p. 89-109, 2002.

TEDESCO, Solange; LIBERMAN, Flávia. O que fazemos quando falamos em Vulnerabilidade? **Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 254-260, 2008. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/59/254a260.pdf>. Acesso em 09 fev. 2019.

Recebido em 9 de fevereiro de 2019.

Aceito em 23 de agosto de 2019.